



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 27 de abril de 2023

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,88% São Paulo	104.367 20/4 24/4 25/4 26/4	R\$ 5,057 (- 0,15%)	R\$ 1.302	R\$ 5,581	13,65%	13,65%	Novembro/2022 0,41 Dezembro/2022 0,62 Janeiro/2023 0,53 Fevereiro/2023 0,84 Março/2023 0,71

CONTAS PÚBLICAS / Mudança que reforça a base de cálculo de tributos federais foi aprovada por unanimidade na Corte, mas suspensa por liminar do STF. Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, decisão é essencial para recompor Orçamento

Decisão do STJ pode dar R\$ 90 bi ao governo

» ROSANA HESSEL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou o resultado do julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no qual os ministros, por unanimidade, decidiram de forma favorável ao governo sobre a questão da inclusão dos benefícios fiscais do ICMS na base de cálculo dos impostos federais pagos pelas empresas. A sentença pode resultar em um aumento de receita em torno de R\$ 90 bilhões, pelos cálculos do ministro, o que será muito importante para o sucesso do novo arcabouço fiscal. A decisão, contudo, acabou sendo suspensa por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor de uma associação do agronegócio.

“Eu considero o julgamento exemplar. O voto do relator foi acompanhado por outros oito ministros do STJ. Isso dá muita confiança de que nós estamos no caminho certo para remover do nosso sistema tributário aquilo que está impedindo a busca do equilíbrio orçamentário”, destacou Haddad a jornalistas. “Obviamente deve caber recurso, mas nós estamos muito tranquilos que essa decisão vai ser mantida, porque é justa e correta. Ela não aumenta a carga tributária. Ela recompõe o Orçamento federal. Isso vai dar mais garantia de que vamos ter crescimento com baixa inflação.”

O novo arcabouço fiscal prevê um ajuste fiscal pelo lado da receita e, para ficar em pé, o governo precisará aumentar a arrecadação em até R\$ 150 bilhões para que as novas metas previstas na âncora fiscal, como zerar o déficit primário em 2024, sejam cumpridas.

De acordo com o ministro, o Orçamento da União é desequilibrado por conta do “gasto tributário”, pois as despesas com saúde, educação e salário mínimo

tiveram “cortes enormes ao longo dos últimos sete anos”.

“A tabela SUS (Sistema Único de Saúde) não é reajustada há mais de 10 anos. Hoje, o problema nosso é o chamado gasto tributário. É o dinheiro que sai pelo ralo com base nessas decisões (judiciais) que acabam conturbando o sistema tributário brasileiro. Essa conta é uma conta altíssima, prejudicava o governo federal em quase R\$ 70 bilhões. E outros R\$ 20 bilhões de estados e municípios pobres que deixaram de receber o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios”, explicou Haddad.

O STJ decidiu, nesta quarta-feira, por unanimidade, que empresas não podem continuar abatendo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) os benefícios concedidos pelos estados. Contudo, a decisão ainda não terá eficácia, por enquanto, pois o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão do julgamento a pedido de uma associação do agronegócio. A liminar, contudo, precisará ser submetida ao referendo do plenário do Supremo na semana que vem.

Terceiro pacote

Mais cedo, em almoço com parlamentares da Frente Brasil Competitivo, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que o governo está tomando todas as medidas necessárias para garantir o sucesso do novo arcabouço fiscal e, para isso, trabalha em três pacotes para garantir receitas. O primeiro foi a reestruturação de combustíveis e programa de refinanciamento de dívidas; o segundo prevê combate à fraude e à sonegação. “Um pacote foi lançado, um segundo foi anunciado e se não for suficiente o terceiro vem”, avisou, sem dar detalhes. (Com **Táisa Medeiros e Agência Estado**)

Ed Alves/CB/D.A Press



Segundo Haddad, “dinheiro que sai pelo ralo” por meio de “jabutis tributários” é a maior causa do desequilíbrio orçamentário da União

Críticas ao arcabouço no Congresso

» VICTOR CORREIA

A proposta do novo arcabouço fiscal enviada pelo Executivo ao Congresso enfrenta uma série de críticas na Casa. Entre os pontos mais contestados estão a falta de punição criminal a gestores do Executivo em caso de descumprimento das metas de superavit nas contas públicas e a dependência do crescimento das receitas para que o mecanismo funcione. O tema foi debatido entre parlamentares e representantes do governo federal na manhã de ontem, durante café da manhã organizado

pela Frente Parlamentar Brasil Competitivo.

O relator da proposta na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), comprometeu-se a deixar o texto pronto para votação em até 15 dias e a ouvir todas as críticas. Ao falar com jornalistas, após o café, o deputado evitou se posicionar. “Estou ouvindo sugestões”, declarou. Ele adiantou, porém, que uma das maiores discussões ocorre em torno da falta de punição criminal para o gestor que descumprir a meta fiscal, ao contrário do que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

“Existem aqueles que alegam que a responsabilização do gestor pode levar o governo a propor metas menos ambiciosas. Mas tem os que defendem a punição, do contrário, não resulta em nada”, disse Cajado.

Para o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), o texto encaminhado pelo governo é “absolutamente ancorado no crescimento da receita”, mas é necessário um controle qualitativo das despesas. Ele também defende a responsabilização dos gestores caso as metas fiscais não sejam cumpridas.

Representante do governo federal, o secretário de Política

Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, argumentou que existem punições econômicas e políticas previstas no novo arcabouço. A sanção “política e reputacional” prevista no texto, segundo o secretário, é o envio de uma carta do presidente ao Legislativo, semelhante ao que ocorre com o Banco Central em caso de descumprimento das metas de inflação. “Tem uma sanção econômica também. Se a meta de superavit não for cumprida, o ritmo de crescimento dos gastos diminuirá de 70% (das receitas) para 50% no ano seguinte”, disse.

TRABALHO

Legislativo aprova reajuste de servidor

O plenário das duas Casas do Legislativo aprovou, ontem, o texto do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 2/2023, que determina reajuste salarial linear de 9% para os servidores do Executivo federal. A votação foi simbólica e apenas o Partido Novo se pronunciou contra a matéria, que será encaminhada para sanção presidencial. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá assinar o documento em cerimônia marcada para amanhã, às 11h, no Palácio do Planalto.

O reajuste de 9% passará a valer a partir de maio, e o pagamento dos salários corrigidos será efetuado de junho em diante. O aumento é resultado do acordo negociado entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na Mesa Permanente de Negociação com os

servidores, reaberta em fevereiro. Em 24 de março, o Termo de Acordo nº 1/2023 sobre o reajuste salarial da categoria foi assinado pelo governo e representantes das entidades sindicais. Foi o primeiro acordo de reajuste entre governo e servidores desde 2016.

A proposta do governo aceita pelos sindicatos contempla, além do aumento salarial de 9% para todos os servidores, um reajuste de 43,6% no auxílio-alimentação, que passa de R\$ 458,00 para R\$ 658,00. O novo valor começa a valer a partir da folha de abril, com pagamentos a partir de 1º de maio. O impacto total do reajuste, de acordo com o MGI, será de R\$ 11,6 bilhões.

“Agradeço ao Congresso pela sensibilidade em aprovar o PLN 2/2023, que autoriza o reajuste dos servidores federais. Agora

Ed Alves/CB/D.A Press



Esther Dweck: aumento marca compromisso de reconstruir Estado

colocaremos em prática o acordo fechado na Mesa de Negociação, o primeiro desde 2016. É a vitória dos servidores e o compromisso do presidente Lula em reconstruir o Estado”, afirmou a ministra Esther Dweck, em nota divulgada pela pasta.

Para a concessão do aumento no auxílio alimentação, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) fez um remanejamento de despesa de pessoal para benefícios, sem que o valor total aumentasse, destacou o comunicado. (RH)

Piso para enfermagem

» HENRIQUE LESSA

O Congresso Nacional aprovou, ontem, em votação simbólica, o projeto de lei (PLN 5/23) que possibilita o pagamento do piso para trabalhadores do setor de enfermagem. O texto aprovado em sessão conjunta de senadores e deputados abre crédito de R\$ 7,3 bilhões no Orçamento da União, valor que será repassado a estados e municípios para a implementação do piso nos diversos níveis do Sistema Único de Saúde. A proposta segue agora para sanção presidencial.

O piso salarial da categoria foi fixado, por uma lei aprovada em 2022, em R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem e R\$ 2.375 para auxiliares e parteiras. O pagamento, entretanto, foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal, em dezembro do ano passado, devido à falta de definição de fonte de recursos.

O projeto aprovado ontem estabelece que os recursos do Fundo Social e os superávits de fundos públicos devem ser utilizados para pagar as despesas com o piso. O Fundo Social é uma dotação da Presidência da República destinada ao desenvolvimento social e regional, voltado para projetos de combate à pobreza.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), no entanto, divulgou nota na qual afirma que os R\$ 7,3 bilhões não são suficientes para bancar o novo piso da categoria. A entidade calcula que o impacto, nos municípios, será de R\$ 10,5 bilhões no primeiro ano, e questiona a forma como os recursos serão divididos entre governos estaduais e municipais. Segundo a nota, só para os municípios o impacto do piso será de R\$ 10,5 bilhões no primeiro ano da implementação da medida.